

CRESCIMENTO URBANO DE RIO BRANCO - ACRE - BRASIL

Prof^a. M. Sc. Maria de Jesus Morais (*)

A cidade de Rio Branco, localizada na Amazônia Sul Ocidental, foi instituída em 1904 como cidade-sede do Departamento do Alto Acre. A mesma foi sede do seringal Empresa de um migrante cearense, que lá chegou em fins do século XIX.

No período da valorização da borracha no mercado internacional (aproximadamente de 1880 a 1912) Rio Branco alcança um relativo progresso que foi incrementado pelas condições financeiras em decorrência do preço da borracha.

Após o *Boom* da borracha, um primeiro período de estagnação, que pode ser datado entre 1913 a 1942, se abate sobre a região amazônica e acreana em particular. O declínio da borracha põe em cheque o funcionamento de toda a economia regional, que gravitava na extração e comercialização da produção gumífera.

Neste contexto, a população acreana cai de 92.379 habitantes em 1920 para 79.868 habitantes em 1940. Mas, durante a Segunda Guerra Mundial, há uma reativação “*dos negócios*” da borracha brasileira no mercado mundial. Mas foi um período curto, visto que no pós-guerra, com a liberação das áreas asiáticas que haviam sido ocupadas pelo Japão, a borracha nativa refluíu para sua posição anterior e uma parte dos nordestinos do “*exército da borracha*” migrou novamente, só que agora para os centros urbanos.

Em 1962, Rio Branco é elevada à categoria de capital estadual. Este fato, aliado ao aumento da receita, favoreceu a ampliação de seu equipamento social, com a implantação de novos serviços administrativos e urbanos e expansão de outros, e também de obras infra-estruturais.

A partir daí migraram para Rio Branco pessoas procedentes das várias regiões do país. Entre outros profissionais, migraram vários de nível universitário, predominando médicos e professores, atraídos por melhores salários que o Governo Federal pagava, como uma compensação pela permanência em região tão afastada (MESQUITA, 1989).

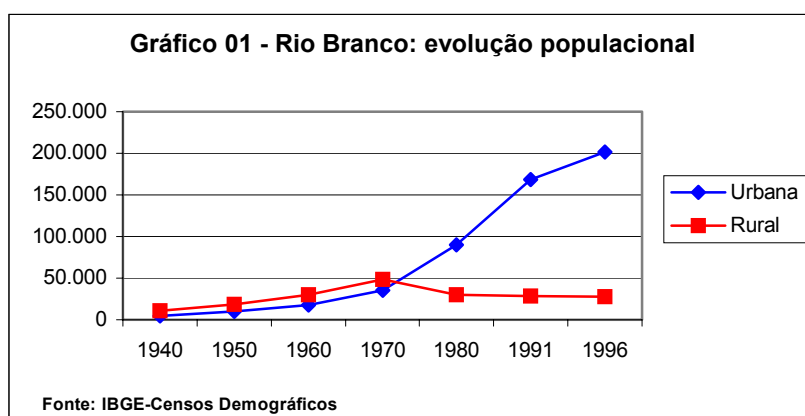
Na década de 70, com a incorporação do Acre à fronteira agrícola amazônica concretizada através das rodovias de integração, dos incentivos fiscais e dos programas agropecuários, há um reordenamento das atividades econômicas em todo o estado.

Com as terras sendo progressivamente ocupadas e antigos seringais vendidos ou desmembrados é desencadeado o processo migratório de seringueiros, índios, posseiros e ribeirinhos para Rio Branco. Essa nova situação gerou conflitos entre seringueiros, posseiros, índios e os novos proprietários de terras e provocou o êxodo rural em duas direções: a das famílias que migraram para a Bolívia e outras que seguiram o traçado dos rios e estradas em direção à Rio Branco (OLIVEIRA, 1985).

O gráfico a seguir é indicativo do crescimento urbano de Rio Branco. No mesmo, o crescimento da população urbana não corresponde a diminuição da população rural, uma vez que muitos migrantes vieram do interior do Acre e dos outros estados brasileiros.

(*) Dept^o. de Geografia- Univ. Federal do Acre
End. Br 364, Km 04 - Campus Universitário
Departamento de Geografia
Rio Branco - Acre - Brasil
CEP 69.015-900
Fone (068) 229 2244 Ramal 210
Fax (068) 229 1246

Gráfico 1



Estes migrantes originários dos seringais e dos municípios vizinhos buscam, na cidade, emprego, melhores condições econômicas, acesso à saúde e educação. Ao chegarem à cidade, em péssimas condições financeiras, vão engrossar os contingentes populacionais residentes em bairros periféricos. Já que não podem pagar pela moradia buscam os terrenos onde o preço da casa-terreno é mais baixo ou onde, pelo processo de invasão-ocupação, encontram um lugar para viver.

As condições de moradia na periferia são normalmente precárias, com deficiência na infra-estrutura básica (água tratada, luz, pavimentação das ruas) e dos equipamentos de consumo coletivos (escolas, posto de saúde). Esta situação é ainda agravada nos bairros que margeiam o rio Acre, nos locais onde ocorrem as enchentes de verão, com recorrência anual. Este fato contribui para a permanente falta de infra-estrutura devido aos “estragos” agravados a cada nova enchente, e também pelas perdas materiais das residências e da qualidade de vida desta população, que chega a cerca de 70.000 habitantes.

Para morar ou sobreviver, uma vez que não possuem renda suficiente para comprar ou alugar uma casa, utilizam-se do processo de auto-construção e de invasão-ocupação em áreas públicas, principalmente nas margens do rio Acre, em um primeiro momento. Depois, com a continuidade do movimento migratório campo-cidade, a população vai encontrando nos vazios urbanos um local para erguer suas moradias, resultando na expansão da área construída da cidade, explicitada no aumento do número de bairros, passando de 23 em 1970 para 133 em 1999. *Pari passu* ao aumento do número de bairros ocorreu o crescimento da população residente nos mesmos (ver mapa 01).

Nas margens do rio Acre ocorre também os movimentos de massa, que são os deslizamentos de terras. Os impactos provocados, pelos movimentos de massa, nos anos de 1996 e 1997 ocasionaram a remoção de muitas famílias, a destruição completa de vários estabelecimentos comerciais, residências, calçadas e ruas, afetando inclusive as redes de esgoto, de abastecimento de água, energia elétrica e telefônica. Destruição essa que é provocada não só pelo movimento de massa em si como também pela alagação.

A população destas áreas quando incentivada pelo poder público a buscar outros locais, acabam voltando. Tanto as que voltam como as que não foram removidas justificam a sua permanência, na área, pela proximidade do Centro da cidade, ou seja, dos possíveis pontos de trabalhos, dos equipamentos urbanos existentes na área e pela economia de não precisar usar o transporte coletivo (MORAIS, 2.000).

A cidade de Rio Branco portanto amplia-se nas últimas três décadas, seja através de loteamentos para atender à demanda da população de maior poder aquisitivo, seja através da construção de conjuntos para a população de baixa renda, que com o tempo (por novo processo de expulsão) vai se deslocando para outras áreas e pelo surgimento dos chamados bairros da população de baixa renda.

Na expansão da área construída houve a intervenção direta do Estado, quando este projetou os conjuntos habitacionais e as instituições públicas. Ao construir os conjuntos, o Estado, sob o discurso de estar resolvendo o problema da falta de moradia para a população de baixa renda, direciona a malha de ocupação urbana, como podemos observar no mapa 02.

No Acre, a política habitacional oficial reduziu a solução dos problemas habitacionais e desenvolvimento urbano à construção de novas unidades, relegando a segundo plano a regularização e urbanização da cidade informal (favelas e loteamentos irregulares), a recuperação de áreas insalubres situadas no centro e periferia da cidade, sendo que hoje, segundo dados da COHAB, existe um déficit de cerca de 30.000 unidades e a maioria dos inscritos está na faixa de 0-3 salários mínimos, ou seja, população de baixa renda.

A falta de moradia é um problema que se agrava a cada dia, não existe neste momento no Acre, nenhum programa de construção de moradia para a população de baixa renda e, toda semana a imprensa noticia a ação dos 'posseiros urbanos' no terrenos vazios da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ademir Batista de e LEITE, Manoel Félix Araripe. Crescimento Urbano e Êxodo Rural: o caso de Rio Branco (1970 – 1991). Rio Branco, 1997. Monografia (Especialização em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Acre.
- MESQUITA, Myriam Guiomar Gomes Coelho de. Rio Branco, Cruzeiro do Sul e a Implantação de Rodovias. In: VALVERDE, O. A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica. Rio de Janeiro: IBGE, V. 2, 1989.
- MORAIS, Maria de Jesus. Rio Branco-Ac, uma Cidade de Fronteira: o Processo de Urbanização e o Mercado de Trabalho, a partir dos Planos Governamentais dos Militares aos Dias Atuais. Florianópolis, 2.000. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências - Universidade Federal de Santa Catarina.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro: os cem anos de andanças da população acreana. Rio Branco: Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1985.